



FREDERIC JEAN

Saúde

Os filhos da farinha

Anticoncepcional fajuto expõe o problema da falsificação de remédios no Brasil

Karina Pastore e Rodrigo Cardoso

Aos 35 anos, mãe de um menino de 1 ano, a comerciante paulista Maria Aparecida Gonçalves não pensava mais em ter filhos. No final de maio, um exame de sangue indicou positivo para a gravidez. A notícia foi tão chocante quanto surpreendente. “Eu tomava o anticoncepcional direitinho”, recorda. Maria Aparecida procurou o farmacêutico que lhe vendera o medicamento. Quería entender o que acontecia.

— É o Microvlar? — quis saber o homem.

Era. Como Maria Aparecida, outras três mulheres já haviam procurado, igualmente espantadas, a mesma farmácia da cidade de Mauá, na região industrial do ABC paulista. Todas estavam grávidas, apesar do Microvlar.

— Sinto-me culpada por pensar que esse filho não poderia vir agora. Fiquei

triste quando vi que meu exame havia dado positivo — penitencia-se Maria Seila Gonçalves, 32 anos, dona de casa, dois filhos, grávida de dois meses.

— Não podia acreditar. Mesmo com a confirmação, ainda comprei outra cartela e tomei seis pílulas — lembra Leni Vieira, 32 anos, dona de casa, um filho, grávida de três meses.

— Só comecei a aceitar a situação há duas semanas. Certa vez, sozinha em casa, numa crise de choro, decidi abortar. Meu marido me acalmou e tirou essa idéia da minha cabeça — conta Selma Silva, 31 anos, dona de casa, dois filhos, grávida de três meses.

Durante 21 dias, Aparecida, Seila, Leni e Selma tomaram o Microvlar apostando estar ingerindo uma combinação de hormônios capaz de suprimir a ovulação. Usuárias antigas do anticoncepcional, imaginavam-se seguras. Mas não estavam. Elas engoliam pílulas de farinha.

Na quarta-feira da semana passada,

o Ministério da Saúde interditou por cinco dias o laboratório Schering do Brasil, fabricante do anticoncepcional. “Esses produtos não se destinavam à venda”, defende a diretora médica do laboratório, Sandra Balieiro Abrahão. Entre janeiro e fevereiro, para experimentar uma nova máquina de embalagem, o laboratório fabricou 500 000 cartelas de pílulas de farinha. Nas cartelas dos comprimidos de mentira, o número do lote e o das datas de fabricação e validade foram trocados por uma identificação fictícia: uma seqüência de números repetidos. Terminados os testes, os lotes fajutos deveriam ser destruídos. Entre o laboratório e a empresa de incineração, diz a doutora Sandra, algumas cartelas foram roubadas. Quantas? Ela não sabe dizer.

Lançado no Brasil em 1975, o Microvlar é o sexto medicamento mais consumido. Dos anticoncepcionais, é o primeiro, com 1,7 milhão de usuárias. Tornou-se, por isso, alvo preferencial dos ladrões e falsários — uma horda de criminosos que põe em risco a saúde dos consumidores. Vende-se atualmente todo tipo de remédio falso no Brasil. Sal purgante é vendido como analgésico. Farinha de fubá e leite em pó, como antibióticos. Farinha de trigo, como anti-hipertensivo. A máfia da falsificação

Mais franqueza

“Suaves” da Philip Morris agora são suaves mesmo

A indústria de cigarros brasileira perdeu em junho mais uma batalha na guerra contra os antitabagistas. A Philip Morris, segunda maior fabricante do país, retirou o adjetivo “suave” da embalagem do Palace Suave e diminuiu os teores de alcatrão do Dallas Extra Suave e do Dallas Suave. As mudanças aconteceram porque o Ministério Público do Rio de Janeiro conseguiu convencer a Philip Morris de que a palavra “suave” poderia dar a entender que essas marcas têm reduzido teor de alcatrão e de nicotina. Não têm. Segundo a indústria de tabaco, o termo serve apenas para identificar cigarros de sabor menos acentuado. O problema é que, na linguagem que o consumidor entende, suave quer dizer menos prejudicial à saúde. E não é o caso. O acordo abre um precedente. Pela primeira vez, no Brasil, a indústria de cigarros admite ter prestado informações de sentido duplo aos fumantes.

Com quantidades de alcatrão bem acima das normais para os cigarros de baixos e ultrabaixos teores, a Philip Morris, para não alterar os maços do Dallas Suave e Dallas Extra Suave, aceitou alterar a composição desses produtos. O Suave passa a ter 12 miligramas de alcatrão contra os antigos 13 miligramas. E o Extra Suave, 8 miligramas contra 11 miligramas. A decisão da Philip Morris põe em xeque a Souza Cruz, dona de mais de 80% do mercado brasileiro. A companhia também foi notificada pelo Ministério Público, mas não quis o acordo e agora responde a uma ação civil para que retire do mercado os maços de Derby que contêm as inscrições “suave” e “extra suave”. A decisão da concorrente pode dificultar a defesa judicial da Souza Cruz.



Dallas Suave: menos alcatrão para continuar a merecer o adjetivo

ponível no Brasil, uma farmácia inspecionada hoje, por exemplo, só voltará a receber a visita de um fiscal em fevereiro de 2000! Os padrões internacionais são muito mais rigorosos. Estabelecem, por exemplo, que as vistorias devem ser feitas duas vezes ao ano, por equipes de três fiscais, durante cinco dias. No Brasil, o fiscal age sozinho e fica, no máximo, um dia na farmácia. O professor Zanini ironiza: “É só o tempo de levantar a voz e dizer um sonoro ‘bom-dia’”. O problema se agrava porque o mesmo fiscal que apura é quem aplica as multas. “Nos Estados Unidos, o fiscal fiscaliza e os auditores multam. Isso evita a corrupção”, diz o médico da USP. Faz muita diferença. “Lá, o número de remédios falsos é de um a cada 1 000. Aqui, são 200 falsos para cada 1 000.”

A indústria da fraude é tão florescente que os falsários de hoje são verdadeiros artistas e grandes investidores. Conhecem o mercado, contratam especialistas em farmacologia, compram equipamentos modernos e dispõem de uma rede nacional de distribuição. Ao oferecer produtos com preços até 50% menores, conquistam comerciantes ávidos por remédios baratos. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que torna mais rigorosa a punição para os falsários. Se receber o aval do Senado, a fraude vira crime inafiançável. As penas passam de um a três anos para dez a trinta anos de cadeia. Já seria um passo. Mas necessitaria ser completada por uma estrutura de fiscalização eficiente. Enquanto isso não acontecer, o doente brasileiro continua correndo riscos inúteis. ■

Com reportagem de Felipe Patury, de Brasília

Leni, Aparecida, Seila e Selma (da esq. para a dir.): cartela de Microvar com numeração fictícia (abaixo), pílulas falsas e gestações inesperadas



Megafraude

No Brasil, os remédios falsificados movimentam de **100 milhões a 1 bilhão de reais por ano**

De cada **1 000** medicamentos verdadeiros, **200** são fajutos. Nos Estados Unidos, de cada **1 000** apenas **1** é falso

Já foram identificados **23** tipos de remédios falsos. Os antibióticos lideram as fraudes, com **30%** das ocorrências

Em todo o país, **1 400** fiscais têm de vistoriar **400** laboratórios, **7 000** distribuidoras, **55 000** farmácias e **14 000** marcas diferentes de remédios. O FDA americano conta com **7 500** colaboradores, entre eles **300** cientistas especializados em farmacologia

Fontes: Ministério da Saúde, Fiocruz, Abifarma e Antônio Carlos Zanini, professor da USP e consultor em medicamentos da OMS

nunca foi tão grande e rica. Movimentada de 1% a 10% do faturamento de todo o setor farmacêutico, que foi de 10 bilhões de reais em 1997 (veja quadro). Não poderia haver terreno mais propício para a falcatura do que o Brasil — quarto maior consumidor mundial de remédio, país da automedicação, terra onde as farmácias vendem remédios como se vendessem jujuba. “O maior problema é o silêncio da própria indústria farmacêutica”, critica o médico Antônio Carlos Zanini, professor da Universidade de São Paulo e consultor em medicamentos da Organização Mundial de Saúde. “Elas preferem não falar nada, e doar parte de seu mercado para os falsários, a denunciá-los e perder a confiança dos consumidores.”

Com a estrutura de fiscalização dis-